

PDS se une à Aliança pela emenda do governo



Até as primeiras horas de hoje, líderes políticos discutiram constituinte com Ulysses

Oposição expõe seus argumentos

Os líderes dos partidos de oposição foram para a reunião na residência do presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, com posições díspares sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Por exemplo, o líder do PT, Djalma Bom, afirmava ontem, na parte da tarde, que não abriria mão de uma Constituinte eleita com poderes específicos para a elaboração da nova Constituição brasileira. Portanto, não aceitando em nenhuma hipótese a proposta feita pelo presidente José Sarney de delegar poderes constituintes ao futuro Congresso Nacional.

Quanto à questão da anistia dos militares, Djalma Bom concorda com o princípio, mas não aceita que ela seja votada como parte da emenda do presidente da República. Ele quer votar a anistia, no plenário do Congresso, separadamente da convocação da Constituinte.

Por outro lado, o líder do PTB, deputado Gastone Righi, disse que iria defender uma emenda de seu partido que tramita há quase dois anos, convocando a Assembleia Nacional Constituinte e que esta seja composta pelos membros do Congresso Nacional eleitos em 86. Dizendo-se a favor da anistia aos militares, Righi considera a emenda do presidente da República, uma cópia malfeita da proposta do PTB.

Gastone disse ainda que se o governo não conseguir um apoio com

os pequenos partidos, a sua emenda acabará correndo o risco de não conseguir a aprovação de 2/3 do Congresso. Para isso, bastaria que o PTB se aliasse ao PT e a uma parcela do PDS e PDT para inviabilizar a emenda Sarney.

Por outro lado, o líder do PDT, deputado Nadyr Rossetti, disse que não apoia a proposta do PTB porque ela cai no mesmo erro da emenda Sarney: delega poderes constituintes para o Congresso Nacional eleito em 86. Ele disse que irá para a reunião com os demais líderes, na residência de Ulysses Guimarães, com a disposição de defender eleições gerais em 86, inclusive a do presidente da República.

Na opinião de Nadyr Rossetti, a anistia para os militares não pode mais ser retardada. Além disso, antes da eleição da Constituinte, deve haver a remoção do chamado entulho autoritário — como a possibilidade do presidente da República se valer do instituto do decreto-lei e as famosas medidas de emergência. Quanto à comissão legislativa, cuja principal finalidade seria dar encaminhamento ao processo legislativo ordinário, o líder do PDT disse que isso dependerá dos debates que estão sendo travados. Caso a Constituinte seja exclusiva — ou seja, funcione independentemente do Congresso Nacional —, ele concorda com a comissão legislativa reunida durante um dia da semana.

Sendo uma Constituinte-congressual, não haveria a necessidade da comissão, a própria Constituinte teria competência para legislar.

Nadyr considerou estranho que os líderes da Aliança Democrática estejam procurando os pequenos partidos. Para ele, esta é uma demonstração de que a própria Aliança Democrática não se encontra em condições de reunir os seus integrantes, que somariam mais de 2/3, para aprovar a emenda do presidente da República. No próprio meio dos dois partidos governistas, PFL e PMDB, Nadyr considera que deve haver pelo menos 1/3 favorável à Constituinte exclusiva.

A posição do PDS, como já declarou o seu líder, Prisco Viana, é bem conhecida. Assembleia Nacional Constituinte eleita em 86 e integrada pelos deputados e senadores. Prazo de desincompatibilização de cinco meses para os governadores, seis meses para os ministros e secretários estaduais com mandato eletivo e nove meses para os que não tenham esse mandato.

Além de defender o princípio da anistia para os militares, Prisco também considerava importante que a eleição seja realizada na mesma data para todos. Desde governadores até os constituintes, ao contrário do que defendia o relator, Flávio Bierrembach.

Os três grandes partidos com assento no Congresso Nacional — PMDB, PFL e PDS — vão se unir para aprovar a emenda do presidente José Sarney, convocando a Constituinte, informou ontem à noite o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), ao sair da reunião com todas as lideranças do Congresso na residência do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães.

Um importante ponto que obteve consenso entre a maioria dos líderes presentes é o de que as subemendas anexadas à proposta presidencial deverão ser votadas na forma de destaque, isto é, separadamente do ato convocatório. Desta forma, seria garantida a provação da mensagem presidencial e os demais temas polêmicos, como a anistia, seriam apresentados ao plenário posteriormente. Nesse sentido, durante o encontro, o líder interino do PMDB no Senado, Hélio Gueiros, cobrou do relator da Comissão Mista do Congresso, deputado Flávio Bierrembach, que, para garantir a aprovação de seu parecer, fizesse constar a separação dos temas. Contudo, Bierrembach respondeu que ia estudar a sugestão, mas reafirmou que possui seus compromissos e não irá abandoná-los.

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, declarou ao final do encontro que o acordo com todos os partidos ainda não havia sido alcançado, e que para isso será realizado um novo encontro na próxima semana, possivelmente na terça ou quarta-feira. Esse adiamento para a consumação do acordo se deu em atenção, principalmente, ao PT e PDT, que exigem a aprovação da anistia, do novo prazo de desincompatibilização e a remoção do entulho autoritário da atual Carta Magna. Ulysses garantiu que ficou confirmado os dias 21, 22 e 23 para a votação da convocação da Constituinte.

Ulysses disse que a ideia de se instituir uma Câmara única com 70 membros para legislar sobre questões ordinárias, durante a Constituinte, é uma proposta que ainda precisa ser amadurecida.

Na reunião, que começou às 21h15m e só terminou depois das zero hora de hoje, estavam presentes, além do anfitrião, os líderes Pimenta da Veiga e Hélio Gueiros (PMDB); José Lourenço e Carlos Chiarelli (PFL); Prisco Viana e Murilo Badaró (PDS); Djalma Bom (PT); Nadyr Rossetti (PDT) e Gastone Righi (PTB). Além destes, ainda compareceram o presidente, o vice-presidente e o relator da Comissão da Constituinte, senador Helvídio Nunes (PDS-PI), deputado Oscar Correa (PFL-MG) e Flávio Bierrembach (SP), além dos senadores Marcondes Gadelha, Guilherme Palmeira e Nelson Carneiro.

O líder do PDT na Câmara deputado Nadyr Rossetti, ameaça que seu partido se colocará contra a aprovação da emenda presidencial.

Constituinte é divulgada nas igrejas

A CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil começará a divulgar a Constituinte, em todas as igrejas católicas do País, já a partir do final deste mês. Esta informação foi revelada ontem pelo ministro Pedro Simon, da Agricultura, após sair de uma audiência com o presidente José Sarney.

— No último domingo, ao assistir uma missa na paróquia do município de Santa Rosa, no interior do Rio Grande do Sul, o padre leu uma circular da CNBB, informando que já a partir do final deste mês, a Igreja Católica começará a divulgar a Constituinte durante os sermões. Isso eu considero altamente importante, porque a Igreja também está entendendo o grande alcance histórico da convocação da Constituinte, disse o ministro Pedro Simon.

Simon não tem dúvidas. Garante, com sua «experiência de parlamentar», que o Congresso Nacional vai aprovar a emenda do presidente José Sarney. «Eu considero normal o fato de existir oposição no Congresso à emenda do presidente Sarney. Na minha opinião, o governo falhou em não promover uma ampla campanha de divulgação da emenda, o que pegou a oposição de surpresa e a levou a ser contra a emenda, tentando desgastar a imagem do governo. Mas a emenda vai ser aprovada».

Simon disse ainda que considera a posição da OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, em relação à Constituinte, fora da realidade histórica. «É uma oposição ideal, essa da OAB. Mas muitas vezes o ideal fica muito longe da vida, daquilo que precisamos fazer de imediato, diante das imposições da própria realidade. E preciso que todos entendam esse momento histórico: estamos numa transição democrática. E nada mais adequado para viabilizar a transição do que a Constituinte», concluiu o ministro da Agricultura.

Plebiscito

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Baeta, defendeu ontem a realização de um plebiscito para definir, a nível de povo, se é preferível uma Constituinte congressual (com deputados e senadores, investidos de poder constituinte), ou uma Constituinte exclusiva, com constituintes eleitos com a única e exclusiva competência de votar e aprovar uma Constituição.

A Constituinte exclusiva, segundo Baeta, tem o apoio da OAB e vem sendo combatida por seus opositores como «romântica, inexecutável e irreal». Contudo, o presidente da OAB contra-argumenta que plebiscito, cujo resultado será «necessariamente aceito pela OAB, e, evidentemente, por toda a sociedade civil, é o momento para definir-se a vontade do povo, em seu entender, «o único poder realmente soberano».

Com a abertura, na próxima semana, do II Congresso Pro-Constituinte, em Brasília, a Ordem dos Advogados do Brasil entra numa nova fase do debate pela Assembleia Nacional Constituinte.